



Doi: <https://doi.org/10.4025/cadadm.v30i1.58897>



## GOVERNANÇA CORPORATIVA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO TEMA PARA O ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

### CORPORATE GOVERNANCE: A BIBLIOGRAPHIC STUDY ON THE IMPORTANCE OF THE THEME FOR TEACHING ADMINISTRATION IN BRAZIL

 Claudia Silva Reis NUNES<sup>1</sup>

 Francisco Antônio Gonçalves de CARVALHO<sup>2</sup>

 Nathelie Barbosa Reis MONTEIRO<sup>3</sup>

 Rute Irene Cláudio CRISPIM<sup>4</sup>

Recebido em: 26/04/2021  
Aceito em: 25/01/2022

#### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar como a Governança Corporativa, mesmo com seu crescimento nas últimas décadas, ainda não é presente no currículo da maioria das Instituições de Ensino de Administração no país. A metodologia utilizada nesta pesquisa trata-se de uma investigação de caráter descritivo-exploratório, partindo de um estudo bibliográfico sobre a governança corporativa e não introdução da mesma no ensino de Administração no Brasil, no que tange à sua contribuição para o ensino. Para obtenção dos resultados foram analisados dados estáticos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), de 2018, com indicativos sobre o cenário do ensino de Administração no país. Para contemplar a questão da pesquisa foram analisados os Planos Pedagógicos Curriculares (PPCs) de 27 Universidades Federais do país, de modo a identificar como o tema vem sendo trabalhado no âmbito acadêmico. Identificou-se que a Governança Corporativa ainda é um assunto pouco inserido como disciplina no âmbito acadêmico. Das 27 analisadas, apenas 3 oferecem esse tópico como disciplina optativa. Portanto, esse estudo propõe que sejam inseridos novos conteúdos em formato disciplinas aos PPCs, como forma de fomentar o ensino e garantir uma formação de qualidade, que atenda as exigências, as tendências e as inovações de mercado.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Piauí (UFPI). Brasil. – email: [dinha458111@gmail.com](mailto:dinha458111@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal do Piauí (UFPI). Brasil.

<sup>3</sup> Universidade Federal do Piauí (UFPI). Brasil.

<sup>4</sup> Universidade Federal do Piauí (UFPI). Brasil.

**Palavras-chave:** Administração. Governança Corporativa. Currículo acadêmico. Ensino.

## **ABSTRACT**

The present work aims to present how Corporate Governance, even with its growth in the last decades, is still not present in the curriculum of most Administration Education Institutions in the country. The methodology used in this research is a descriptive-exploratory investigation, starting from a bibliographical study on corporate governance and not introducing it in the teaching of Administration in Brazil, regarding its contribution to teaching. To obtain the results, static data from the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP) for 2018 were analyzed, with indications on the scenario of Administration education in the country. To contemplate the research question, the Curricular Pedagogical Plans (PPCs) of 27 Federal Universities in the country were analyzed, in order to identify how the theme has been worked on in the academic sphere. It was identified that Corporate Governance is still a subject little inserted as a discipline in the academic sphere. Of the 27, only 3 offer this topic as an optional subject. Therefore, this study proposes that new content in subject format be inserted into the PPCs, as a way to promote teaching and ensure quality training that meets the demands, trends and innovations of the market.

**Keywords:** Management. Corporate governance. Academic curriculum. Teaching.

## **1 INTRODUÇÃO**

Para a evolução e o desenvolvimento de uma sociedade, é necessário que o conhecimento descoberto seja transmitido através das ferramentas de ensino. Desse modo, a ciência e a pesquisa que embasam o ensino em Administração e devem compreender as transformações contínuas do mercado, para que possam ser desenvolvidos e ampliados os recursos em virtude do aperfeiçoamento do ensino, com a evidência de que todas as áreas precisam estar em constante aprendizagem (BERTERO, 2006).

Nas últimas décadas os estudos no campo da Administração vêm crescendo, principalmente no que diz respeito ao crescente aumento do número de cursos na área. O aumento dos cursos de Bacharelado em Administração é grande, e há também o avanço no sentido do reconhecimento do Conselho Federal de Administração (CFA) dos tecnólogos como complementares à profissão. Assim, a ampliação do número de profissionais com certificação para exercer a profissão é maior e, segundo o MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC, 2018), no ano de 2018, o Brasil têm 2.448 Instituições de Ensino Superior (IES) que ofertam na sua grande o curso de Administração. São cerca de 654.843 alunos com matriculados no ano de 2018, e está na terceira posição do ranking dos maiores cursos.

Dentro dos cursos de Administração são ofertadas muitas disciplinas, algumas obrigatórias, outras optativas, mas que todas corroboram para a melhor formação profissional. Atualmente, algumas áreas da Administração vêm crescendo ainda mais, como é o caso da governança corporativa, que segundo o IBGC (2019), é uma temática que vem despertando interesse, tanto no âmbito empresarial, como no acadêmico, pois trata-se de um novo sistema de gestão, composto por novas ferramentas de conhecimento que podem ser aplicadas de forma a contemplar o desenvolvimento econômico.

O objetivo das empresas ao incorporar o plano de Governança Corporativa é obter seguridade de um desempenho assertivo e bem direcionado pelas práticas que regem o sistema (IBGC, 2019), pois a GC é muito importante para regulamentação, princípios e práticas de ações do universo corporativo (GAMERRO, 2013).

No que diz respeito à estrutura do ensino, essa deve garantir uma formação adequada ao profissional através do equilíbrio entre os conteúdos que estão sendo oferecidos, permitindo, assim, uma sistematização dos recursos elementares para orientação e execução das funções organizacionais, que se tornam cada vez mais modernas, sendo capazes de articular o crescimento e a evolução social (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2009).

Conforme Oliveira (2016), as instituições de ensino possuem um papel fundamental na construção do currículo acadêmico, dado que é preciso um ensino bem estruturado capaz de reparar a conveniência que circunda uma sociedade com desígnio de desenvolver funções sociais e educativas, a fim de atender as lacunas existentes.

No Brasil, muitos autores afirmam que o ensino carrega, em sua estrutura, características tradicionalistas modeladas e reproduzidas dos padrões americanos. A falta de inovação do currículo compromete o desenvolvimento das habilidades profissionais. É comum o descontentamento entre alunos e professores do curso de Administração no que diz respeito ao absentismo dos sistemas de gestão contemporânea na grade curricular, principalmente sobre temáticas envolvendo empresas de capital aberto. Essas inquietações oportunizam a elaboração de planos compatíveis com o cenário dominante, de modo que se adote uma análise mais reflexiva sobre a inserção de novos campos de estudos através da introdução de novas disciplinas nos projetos pedagógicos curriculares (RIBEIRO; SACRAMENTO, 2009; NICOLINI, 2003; OLIVEIRA, 2016).

Nesse levantamento de dados foi feita uma breve apresentação sobre o tema, onde é possível compreender sua importância em meio à sociedade, seja ela empresarial ou acadêmica. O grupo empresarial faz uso desse instrumento como estratégias nos planos econômicos de desenvolvimento. Por ser uma nova metodologia de gestão, a Governança Corporativa se apresenta como um conhecimento novo a ser expandido, contudo, trata-se de uma ferramenta reconhecida pelo mercado e, por essa razão, entende-se que essas ações, naturalmente, precisam estar imersas no campo do saber.

Diante disso, surgiu como problemática e objeto de estudo o seguinte questionamento: Governança Corporativa possui conteúdos relevantes a serem inseridos na grade curricular como disciplina no curso de Administração? A finalidade desse estudo é apresentar como a Governança Corporativa, mesmo com seu crescimento nas últimas décadas, ainda não é presente no currículo da maioria das Instituições de Ensino de Administração no país. Portanto, para responder a presente questão, nesse estudo foram investigados os principais problemas que circundam a construção dos planos pedagógicos curriculares do curso de Administração e apresentados os números que caracterizam sua atuação no Brasil.

## **2 ENSINO SUPERIOR DOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL**

A regulamentação do ensino em Administração e sua efetiva aplicação no Brasil se deram, aproximadamente, de 1930 a 1931, com a criação do Ministério da Educação, resultante de um acordo com o governo americano. A proposta emergiu devido à carência de profissionais preparados para enfrentar as novidades que a Revolução Industrial proporcionou, mundialmente, com os novos modelos de comercialização e negociação decorrentes das intensas intervenções nos setores socioeconômicos. O acordo depreende uma adaptação do modelo de ensino americano à realidade brasileira, uma inserção que se faz presente até os dias atuais, sendo alvo de intensas críticas entre os pesquisadores (SILVA; FISCHER, 2008; CLOSS; ARAMBURU; ANTUNES, 2009; BOLZAN; ANTUNES, 2015).

A execução da proposta do ensino em Administração no país concretizou-se em 1966, por intermédio das normatizações decretadas por leis e baseada nos documentos emitidos pelo

Conselho Nacional de Educação. Após ser decretada, estagnou por 20 anos sem que houvesse nenhuma recomendação de novas medidas para atualização de seu conteúdo (SILVA; FISCHER, 2008; CLOSS; ARAMBURU; ANTUNES, 2009).

No ano de 1993 houve a regulamentação do currículo mínimo, que já contemplava 70% da grade curricular obrigatória, que limitava a adesão de novas propostas com novos conteúdos (SILVA; FISCHER, 2008; CLOSS; ARAMBURU; ANTUNES, 2009). Em 1996, houve a determinação das novas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprovando novos condicionamentos para ensino de graduação (OLIVEIRA; LOURENÇO; CASTRO, 2014). Dentre os regulamentos postulados, determinou-se, por interferência de pareceres e resoluções, que a estrutura curricular dos cursos fosse conduzida por diretrizes e órgãos específicos, conforme estabelecido pela Lei, 9.131(BRASIL, 2003).

A efetiva aprovação das diretrizes foi instituída em 2004 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), através do parecer 134/2003, por meio da Resolução nº 01/2004, com base na lei e em pareceres anteriores. Essas diretrizes curriculares foram elaboradas com a premissa de satisfazer as necessidades, cujo objetivo tende a interagir e reagir às imposições do ambiente, de modo a atender e incorporar-se às tendências (SILVA; FISCHER, 2008). Porém as críticas apontadas por Bolsan e Antunes (2015) são direcionadas ao desinteresse dos docentes na concepção dos planos pedagógicos que atuam de modo genérico e são resistentes às mudanças que favoreçam a potencialização da estrutura do ensino, tornando-o obsoleto e inadequado à formação do administrador moderno.

## 2.1 A CONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA CURRICULAR DO ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO NO BRASIL

A construção do plano de ensino a ser aplicado nos cursos de graduação de Administração é um processo que tem como finalidade organizar conteúdos de acordo com suas tendências e funções compreendendo, em sua totalidade, o seu campo de atuação, as lideranças envolvidas e as vertentes modernas implícitas (BENI et al., 2017).

Para Closs et al. (2009), o número de alterações acometidas no ensino de Administração no Brasil ainda é insuficiente para acompanhar o progresso da última década. No entanto, a partir dos anos 2000, houve um crescimento expressivo na demanda e na oferta dos cursos de graduação. Na oportunidade, a gestão curricular começa a repercutir de modo a requerer uma participação mais ativa e mais colaborativa por parte dos protagonistas do ensino, com o objetivo de aprimorar a qualidade da aprendizagem (ROLDÃO, 2018).

Beni et al. (2017) explicam que o ensino precisa ser atualizado constantemente de acordo com as mudanças impostas pelo mercado de trabalho, de tal modo a definir o perfil profissional adequado. Para esse fim, a interação entre as lideranças acadêmicas é fundamental no processo de construção dos cursos de formação universitária. A elaboração do projeto curricular deve contemplar as necessidades descobertas, adaptando-se ao contexto na qual está inserido, com a preocupação de não perder suas referências. Contudo, é preciso entender que a construção e o processo de mudanças são ações contínuas que devem ser praticadas em prol dos resultados de aprendizagem (ROLDÃO, 2018).

Entretanto, dados preocupam pesquisadores, visto que o aumento substancial da procura pela formação na área não atende a qualidade profissional desejada, logo. Nota-se certa urgência quanto à necessidade de reforma dos planos de ensino da grade curricular, como forma de fugir das didáticas tradicionalistas e, ao mesmo tempo, engatar-se às oportunidades de integração aos

novos recursos, procurando ampliar, mediante estudos, as ferramentas favoráveis ao crescimento e desenvolvimento do ensino profissional (BOLSAN; ANTUNES, 2015).

Para estruturação e formação do ensino são utilizados os planos de ensino, ou Projeto Pedagógico Curricular (PPC), como são conhecidos, que têm como desígnio orientar a formação dos acadêmicos através da estrutura organizada de conteúdos que, de forma coerente, deve alcançar os resultados pretendidos. Para esse fim, conduz-se o plano de desenvolvimento das competências através da base legislativa, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), na qual o curso de Administração no país é contemplado com uma específica (CHING; SILVA; TRENTIN, 2014).

Devido a várias omissões observadas na estruturação dos currículos dos cursos de nível superior, autores ressaltam que as medidas regulamentadoras, através das Leis de Diretrizes e Bases (LDB), vêm sendo reconsideradas, permitindo que haja alterações que facilitem o progresso em favor das benfeitorias e que enalteçam as propostas de ensino por meio da reformulação dos PPCs. As leis têm como alvo fomentar a qualidade do ensino-aprendizagem através do aproveitamento de recursos promissores que erradiquem as penúrias identificadas (CLOSS, ARAMBURU; ANTUNES, 2009).

Roldão (2018) afirma que não é possível continuar utilizando o mesmo currículo, pois não seria rentável e o ensino não poderia progredir e, nem mesmo, trazer novos benefícios. Assim a otimização dos recursos de aprendizagem compete aos profissionais de ensino das IES que, dentre suas atribuições, devem criar métodos de desenvolvimento com a proposta de preencher lacunas, pois são essas as expectativas dos discentes (CHING; SILVA; TRENTIN, 2014).

Para melhoria das metodologias de ensino, Ching, Silva e Trentin (2014) propõem a inserção de disciplinas com conteúdo contemporâneo como forma de integrar, junto às reformas dos PPCs, informações do mundo, das organizações, das evoluções do mercado em tempo real e assim aproximar o acadêmico das inovações e das tendências.

Diante do exposto, entende-se que a formação adequada e direcionada é elemento indispensável na graduação do administrador e, nesse sentido, não pode ser desconsiderada a aplicação da pesquisa científica continuada, dos estudos integrados aos novos métodos e dos recursos que permitam a ascensão do ensino (CARNEIRO et al., 2018).

### **3 GOVERNANÇA CORPORATIVA: ORIGEM E CONTRIBUIÇÃO PARA A PRODUÇÃO ACADÊMICA NO BRASIL**

A aplicação da Governança Corporativa, mas empresas brasileiras ainda são relativamente novas. Além disso, o estudo dentro do campo acadêmico segue o mesmo caminho. A disciplina ofertada sobre Governança nas Universidades é, em sua maioria, optativa, ou seja, não é obrigatória dentro da grade curricular. Muitos discentes podem não vir a estudar o assunto durante todo o seu período acadêmico.

A profissão do administrador e a figura do acionista nasceram juntamente com a fragmentação de capital que deu origem ao modelo de gestão Governança Corporativa apresentada por Jensen e Meckling por volta de 1976, cuja fragmentação foi marcada por um colapso financeiro que atingiu as corporações americanas e teve como consequência a expansão do mercado de capital, resultante da descentralização e repercussão dos assuntos relacionados à Administração das empresas multinacionais (SOUZA, 2018).

Assim, a Governança Corporativa é modelo de gestão que tem como objetivo resolver conflitos que surgem de divergência das partes interessadas, tendo como prioridade aumentar e garantir a eficiência do desenvolvimento organizacional (CORREIA; AMARAL, 2008). Souza (2018),

diz que se trata de um conjunto de práticas que tem o dever de conduzir a Administração de uma empresa, garantindo o interesse dos envolvidos e a eficiência do negócio. Jesus e Dalongaro (2018) definem Governança Corporativa como uma maneira de exercer poder sobre a Administração, sendo capaz de prever e conduzir com transparência os negócios e, assim, promover o desenvolvimento econômico sustentável.

O Brasil conta com o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) como referência para implantação do sistema de governança nas empresas (IBGC, 2019). O tema Governança Corporativa vem sendo inserido no contexto administrativo por se apresentar como ferramenta eficiente para o gerenciamento no que se refere às tomadas de decisões. Esse sistema de gestão tem a capacidade de evitar a geração de conflito de interesses entre os *stakeholders* e esta torna-se uma das características indispensáveis para consumação desse sistema (JESUS; DANLONGARO, 2018).

A discussão sobre o tema Governança Corporativa no âmbito acadêmico ainda está em fase de desenvolvimento. No entanto, nas últimas décadas, parte de sua literatura básica vem sendo explorada com frequência por pesquisadores dos programas de pós-graduação. A finalidade dessa investigação visa aperfeiçoar as práticas de ensino e pesquisa com relação às ferramentas de gestão (AZEVEDO; LIMA, 2016).

Portanto, as boas práticas de Governança Corporativa têm o propósito de contribuir para o desempenho organizacional estável e, por essa razão, devem estar intrinsecamente incluídas nos estudos e pesquisas acadêmicas, seja individualmente discutido, ou conjugado a outros temas e disciplinas, configuradas com conteúdos equivalentes, uma vez que todo conhecimento deve ser explorado junto ao ensino para ser exportado ao mercado (RIBEIRO; COSTA; VASCONCELOS et al., 2015).

Ribeiro, Costa e Vasconcelos et al. (2015) interpretam que o estudo sobre GC é substancial ao progresso econômico financeiro tanto quanto importante para desenvolvimento dos estudos acadêmico, a fim de que a interação entre outros temas permita a evolução das estratégias empresariais.

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Considerando o objetivo proposto pela presente pesquisa, optou-se pela realização de uma investigação de caráter descritivo-exploratório, visto que a finalidade deste estudo é descrever os fenômenos já existentes e ampliar as fontes de conhecimento fundadas sob a luz de uma investigação minuciosa dos fatos. Como proposto, a pesquisa de caráter exploratório tem a intenção de familiarizar conteúdos aos objetivos estudados, de modo a aprimorar as ideias. A pesquisa descritiva, por sua vez, tem como finalidade descrever características de determinados acontecimentos (GIL, 2002).

O presente trabalho trata de um estudo bibliográfico, onde os resultados obtidos na pesquisa se deram através de estudo de bibliografias relacionadas ao tema governança corporativa e ensino superior em Administração, assim como por meio da apresentação de gráficos disponíveis no portal do Ministério da Educação (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). De acordo com Fonseca (2002), o estudo bibliográfico é feito através de um levantamento de bibliografia e referenciais teóricos já analisados e publicados, como livros, artigos, entre outros. Todo trabalho científico passa pela pesquisa bibliográfica, pois essa permite ao pesquisador maior conhecimento sobre o assunto a ser estudado. A investigação realizada contemplou dados a cerca dos alunos ingressos,

matriculados e concludentes do curso de Administração no país. A busca de dados quantitativos se restringe a dados do MEC e INEP, de 2009 a 2018.

#### 4.2 COLETA DE DADOS E ANÁLISE DA PESQUISA

Dado que o objeto pesquisado aborda como a governança corporativa, ainda que com sua crescente importância nas últimas décadas, não é presente no currículo da maioria das Instituições de Ensino de Administração no país, uma investigação foi feita através de dados coletados nos websites do MEC, INEP e de 27 Universidades Federais, sendo escolhida uma Universidade para representar cada estado brasileiro.

Para análise dos números de desenvolvimento do curso de Administração, foram analisados gráficos do censo educacional do ensino superior dos anos de 2009 a 2018. O levantamento de dados foi realizado entre o período de março de 2019 a agosto de 2020.

Visto que a pesquisa se configura como estudo bibliográfico, ela se apresenta em caráter qualitativo-descritivo. Os critérios de análise dos dados foram a seleção dos planos pedagógicos curriculares das Universidades Federais, assim como os gráficos contidos no site do MEC e INEP, na busca pela disciplina de Governança Corporativa em suas matrizes e o levantamento de dados numéricos dos cursos de Administração.

### 5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

#### 5.1 ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO E OS PLANOS PEDAGÓGICOS CURRICULARES

Considerando a abordagem da primeira parte dessa pesquisa, que trata da importância da elaboração dos planos de ensino para condução e orientação das metodologias aplicadas nas instituições de ensino superior, nos cursos de graduação, pode-se concluir que a construção dos PPCs segue normas impostas por diretrizes específicas, que são elaboradas em consonância com as necessidades intrínsecas das comunidades acadêmicas e da sociedade como um todo (BRASIL, 2003).

Para fins de corroborar as informações prestadas, foram analisados os dados emitidos pelo portal do MEC, por meio do Parecer nº 776/97, sob a luz da Lei 9.131, de 1995, que criou o Conselho Nacional de Educação, que dispõe sobre as diretrizes curriculares para os cursos de graduação, tratando de suas competências e responsabilidade através de suas normativas (MEC, 1997).

As Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação de Administração apresentam normativas que orientam a organização do curso de forma a que ele abranja toda a formação do perfil do formando, tornando, assim, os PPCs consistentes (BRASIL, 2003).

Pode-se analisar, perante as publicações dessas normativas, que o currículo tem como finalidade garantir a qualidade e a uniformidade dos cursos. Contudo, ainda em consonância com informações fornecidas pelo MEC, por meio dos relatórios, é perceptível que os interesses de grupos corporativos prevalecem, o que torna as leis rígidas e inflexíveis (BRASIL, 2003).

Quanto aos PPCs, estes devem conter disciplinas obrigatórias, que dão sustentabilidade à formação do perfil do profissional e disciplinas complementares, que têm como desígnio aperfeiçoar a formação dos discentes. Portanto, as disciplinas complementares são conteúdos que promovem uma atualização das informações. Sendo assim, é preciso flexibilizar o sistema de ensino superior para inserção de novas informações em formato de conteúdo, como forma de fomentar sua composição e, conseqüentemente, a formação do acadêmico (SOUZA; GERHARD; BRITO, 2017).

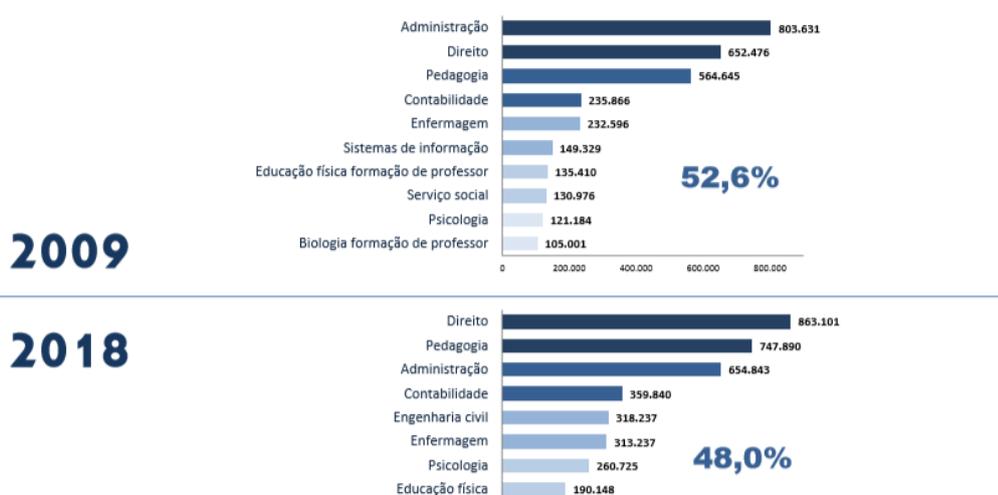
## 5.2 O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO E SEUS NÚMEROS NO TERRITÓRIO NACIONAL

O Censo Educacional é o método de pesquisa utilizado pelo INEP para acompanhar, através dos dados estatísticos, as mudanças ocorridas no ensino brasileiro. Esses dados são transformados em informações, as quais devem ser relevantes para que os interessados e responsáveis pelo processo de aprimoramento do ensino tenham em mãos informações que contribuam com a melhoria do sistema educacional, através de medidas que elevem o ensino de formação (GOMES; TAYLOR; SARAIVA, 2017).

De acordo com dados obtidos no Censo Educacional de 2018, a Figura 1 apresenta os dez cursos mais procurados entre os anos de 2009 a 2018. Em 2009, o curso de Administração lidera o *ranking* de matrículas com uma participação de 52,6% dos alunos matriculados, na rede pública de ensino. Souza, Gerhard e Brito (2017) destacam que a carreira do administrador tem ganhado espaço no Brasil devido às necessidades de mercado que exigem uma participação ativa desse profissional, visto que o desempenho das empresas é dependente das ações dos gestores e, portanto, é competência de o administrador “mover a máquina de negócio” que gira em torno do desenvolvimento econômico.

Em 2018, o curso da Administração teve 48% dos matriculados no ensino universitário, ocupando o terceiro lugar nos números de cursos procurados, e os mesmos autores justificam que essa diminuição se dá por falta de inovação diante de um ensino “engessado”, inflexível às mudanças rápidas que ocorrem com a progressão do desenvolvimento de um mercado cada vez mais assíduo, globalizado e inovador (SOUZA; GERHARD; BRITO, 2017).

**Figura 1 - Os dez maiores cursos de graduação do Brasil 2008 – 2018**

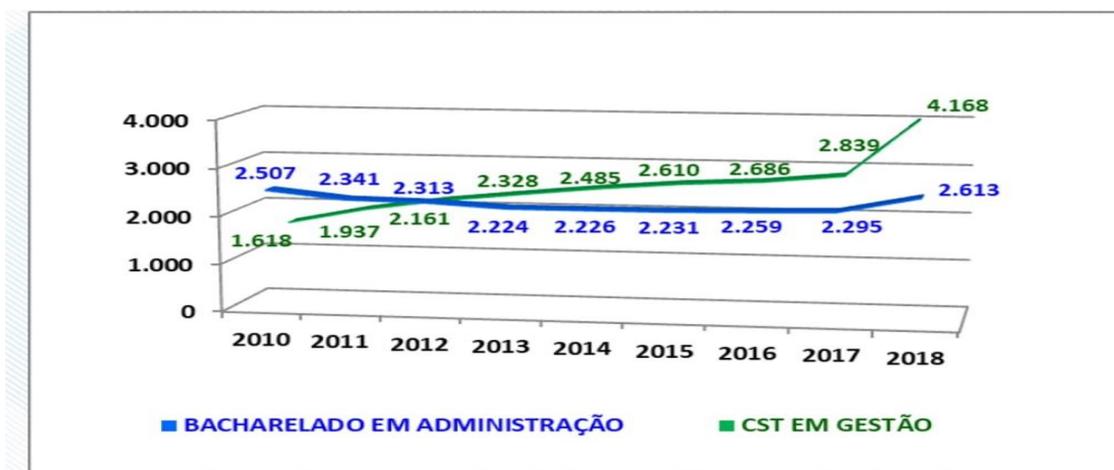


**Fonte:** MEC/INEP; Censo da Educação Superior, 2018.

O Conselho Federal de Administração (CFA) apresenta gráficos em detalhes da demanda do curso de Administração no ano de 2018, com base nos dados apresentados pelo Censo de Educação Superior/MEC. De acordo com o presidente do CFA, há uma preocupação emergente nessa demanda crescente de alunos matriculados, o que, segundo ele, trata-se de uma “anomalia” que irá gerar uma evasão (CFA, 2019).

A Figura 2 demonstra dados de 2018, disponibilizados pelo Censo de Educação Superior/MEC, apresentando o número de cursos em Administração no Brasil, entre os anos de 2010 e 2018. Nota-se que, em 2010, o número de cursos superior chegou a 2.507 em todo o país. Porém, nos anos seguintes, houve uma leve redução que, segundo o presidente do CFA, tais números precisam ser revistos, uma vez que esta questão de demanda requer cautela, pois é preciso medir a quantidade e qualidade do que está sendo aplicado.

**Figura 2 - Número de Curso em Administração Censo - 2018**

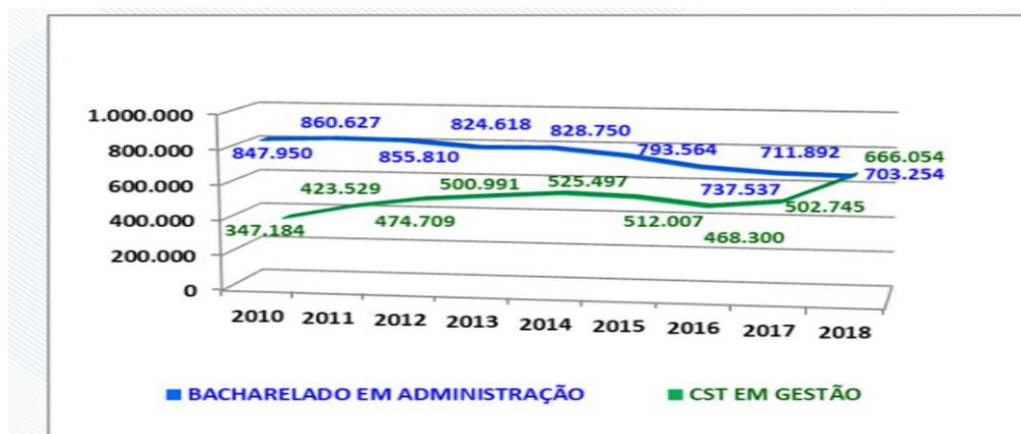


Fonte: CFA, 2019

Em 2018, os números de curso foram mais elevados e, quando comparado aos anos anteriores, esse crescimento não se mostra muito significativo, pois entre 2017 e 2018 o número de matriculados teve o aumento de pouco mais de 300 novas matrículas.

A Figura 3, mostra o número de matriculados durante esse período, que contabilizou mais de 800.000 pessoas ingressantes nos cursos de Administração no ano de 2010. O presidente do CFA explica que essa demanda ocorre devido ao perfil generalista do curso, pois os interessados compreendem que a formação é composta por vários campos do conhecimento e isso torna-o cada vez mais atrativo. Porém, existem as adversidades que remetem decréscimo, o que justifica a redução nos anos seguintes.

**Figura 3 - Número de Matrícula Censo -2018**

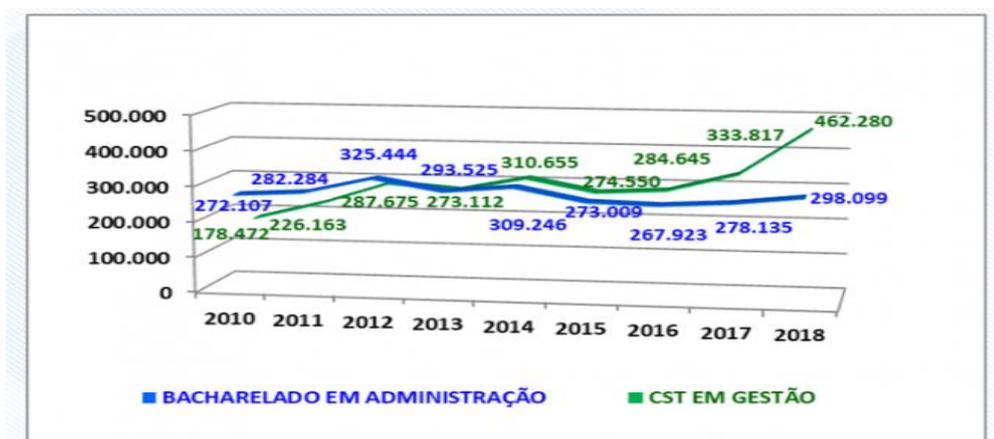


Fonte: CFA, 2019

No caso específico da Administração, esse interesse vem dos discentes que, durante sua formação acadêmica, anseiam por um ensino mais sistêmico e holístico que se adeque às necessidades organizacionais e a suas supostas vidas como futuros profissionais. Essa relação de aprimoramento é possível por meio da aplicação de novas metodologias e conteúdos em forma de disciplinas, que devem ser inseridos na estrutura do ensino, favorecendo, nesse contexto, o conhecimento desejado pelos futuros gestores (RODRIGUES; MATIAS, 2016).

Na Figura 4 é apresentado o número de ingressantes nos cursos de Administração. Diante dos dados é possível observar que o número de ingressantes se encontra muito abaixo do número de matriculados.

**Figura 4 - Número de Ingressos Censo -2018**

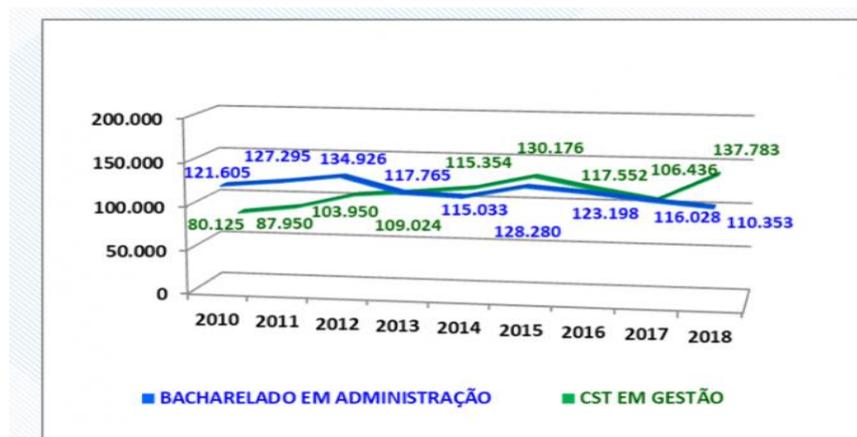


Fonte: CFA, 2019.

A explicação para essa diminuição, segundo o INEP, é que muitos alunos são remanejados para outros cursos, por questões, na maioria das vezes, de acessibilidade.

A Figura 5 mostra o resultado da redução de alunos após o trajeto de formação. O número de concluintes reduz quase pela metade, quando comparado ao número de ingressantes. Uma das justificativas para essa redução é a falta de integralização dos conteúdos abordados pelo curso, em conectividade com a realidade do cenário que se encontram. Estudiosos afirmam que o ensino de Administração precisa de um envolvimento mais íntegro no que diz respeito às questões de mercado nacional, visto que é preciso adaptar-se às condutas de ensino e às necessidades internas existentes (SOUZA et al., 2017).

**Figura 5 - Número de Concluintes Censo -2018**



Fonte: CFA, 2019.

Como proposta para evitar essa evasão, autores discutem aplicar a interdisciplinaridade de conteúdos com mais exatidão em conexão com o cenário de mercado presente, cujo domínio dessa interatividade de conteúdos se aproxime de uma metodologia mais científica, que permitirá promover a adequação e inovação dos métodos de ensino-aprendizagem aplicados pelos docentes, tendo como resultado a melhoria da qualidade de ensino e das competências dos futuros profissionais (SOUZA et al., 2017).

Após análise das matrizes curriculares das Universidades Federais dos 27 estados brasileiros, pode-se averiguar que todas as grades curriculares do curso de Administração seguem o normativo padrão do currículo mínimo, caracterizado pela abordagem das disciplinas obrigatórias e optativas, subdivididas por categorização de formação que, segundo os projetos pedagógicos, funcionam como eixo de formação, como: conteúdos de formação básica.

Das 27 matrizes curriculares analisadas, em apenas três consta a disciplina de Governança Corporativa, a qual está sendo ofertada como disciplina optativa na categoria de formação complementar, nos respectivos estados: Amapá; Piauí e Santa Catarina.

No que tange à inserção da governança corporativa no currículo das universidades, pode-se evidenciar que os cursos de Administração por todo o país são muito grandes, o número de matriculados é ainda maior, mas, ao analisar as grades, não se encontra nelas muito sobre GC, pois a mesma só está inserida em universidades de três estados por todo Brasil, demonstrando assim que o curso é grande, porém a governança corporativa, mesmo com seu desenvolvimento e importância para instituições, ainda não é notada como necessária ou muito importante para a grade curricular das universidades.

### 5.3 A DISCIPLINA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA NA GRADE CURRICULAR

A GC entra como mecanismo para fiscalizar e inserir regras e diretrizes dentro das organizações. Logo, para que essas possam ser aplicadas de forma correta, devem estar presentes nas grades curriculares fixas dos cursos de Administração, pois é de suma importância aprender, entender para colocar em prática. A BM&FBOVESPA (2012) explica a importância da governança corporativa em uma empresa, pois a governança corporativa é um conjunto de mecanismos que tem por finalidade controlar e incentivar as decisões tomadas e assegurar que estas estejam de acordo com os objetivos centrais das organizações.

Autores como Andrade e Rossetti (2004) explicam a definição de GC, sendo um composto de valores, princípios, finalidades e regras de poder central e os organismos de gestão das corporações, pelo qual buscam aumentar os recursos dos sócios/acionistas e atender os direitos das demais partes interessadas, para assim minimizar o oportunismo contrário a este objetivo. E para chegar nesse nível de entendimento a cerca das regulamentações é necessário que essas bases sejam dadas dentro das universidades, dos cursos de Administração, onde pode-se trabalhar suas boas práticas, regulamentos, princípios e valores. Além de ensinar como aplicar a GC dentro das empresas, como inserir esses mecanismos.

Percebe-se, mediante a leitura dos PPCs, que o enfoque quanto às questões de Governança Corporativa ainda se encontra entre linhas em que os conteúdos apresentados fazem um breve resumo sobre os assuntos de governança. Assim, acontece o manifesto dos conteúdos afins à Governança Corporativa, ao mercado de capital estrangeiro e às questões relacionadas a resoluções de conflitos e tomada de decisões, nas demais grades curriculares do curso de Administração de todo o país.

Os estudos sinalizam que é importante fugir do isolamento, isto é, da abordagem de disciplinas desconectas e adotar a multidisciplinaridade, de modo que atenda a solicitação dos estudantes de Administração que, na maioria das vezes, entendem o ensino atual como um ciclo fechado onde o conhecimento parece não fluir (SOUZA; GERHARD; BRITO, 2017).

Para Rodrigues e Matias (2016), o currículo deve ser estruturado de modo equivalente ao que se pretende diante da formação do administrador, ou seja, os temas precisam estar voltados ao sistema operacional específico que a graduação propõe e estima alcançar. A abordagem de mais conteúdos, através de disciplinas, tende a transmitir a realidade em forma de ensino/metodologia que irá permitir não só o desenvolvimento do curso, como, também, a progressão do desenvolvimento nacional, sob uma adaptação coerente do ensino à realidade social e econômica do país (SOUZA; GERHARD; BRITO, 2017).

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo objetivou apresentar como a Governança Corporativa, mesmo com seu crescimento nas últimas décadas, ainda não é presente no currículo da maioria das Instituições de Ensino de Administração no país. Esse deu-se através do levantamento do histórico do ensino de Administração no Brasil, nos últimos anos, a organização dos PPCs e seus respectivos conteúdos e suas aplicações no ensino. Foi possível perceber que o ensino ainda possui características de estagnação. Entretanto, as diretrizes que regem sua estrutura concedem normativas que contemplam suas necessidades de mudanças.

Através do estudo dos gráficos, demonstra-se que o curso de Administração é um dos mais procurados em todo país, visto que as empresas necessitam desse profissional para atuar e desenvolver suas atividades. Todavia os números vêm sofrendo uma redução desde o ano de 2009, porém o MEC não tem dados a respeito do porquê isso vem ocorrendo.

O tema Governança Corporativa vem sendo discutido pelas instituições de ensino superior nos cursos de Administração por meio de disciplinas optativas. No entanto, ainda não atende a grade curricular obrigatória, e apenas está inserida em universidades de três estados pelo país. Por se tratar de um assunto fundamental para sua atuação nas empresas modernas, a aplicação da disciplina Governança Corporativa ao ensino de Administração torna-se imprescindível.

A inserção de novos conteúdos como novas disciplinas é uma condição de melhoria sugerida pelos estudiosos no assunto da adequação do ensino, entendendo que a integração de novos conteúdos ao meio acadêmico irá fomentar a capacitação desses futuros profissionais, de modo

que irão atender com eficiência os dilemas que surgirem em meio às novas tendências de mercado.

Conclui-se, com este estudo, que, mesmo com a importância da governança corporativa, a mesma ainda não se faz presente na grande maioria dos cursos de Administração, a formação requerida pelo perfil do administrador e que discentes e docentes têm, em suma, a responsabilidade de manifestar suas insatisfações, a fim de elaborar propostas que atendam as lacunas existentes. Porém, as diretrizes curriculares específicas do curso garantem um grau de flexibilização que permite, por intermédio das atividades complementares, adequarem o ensino ao contexto atual utilizando-se das práticas metodológicas para inserção de informações a respeito das alterações do mercado.

## REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, C. C. A.; LIMA, V. G. M. A disciplina de Governança Corporativa e sua oferta nos cursos de pós-graduação recomendado pelo capes em Ciências Contábeis, Administração e Economia do Brasil. **Revista de Contabilidade da UFBA**, Salvador - BA, v. 10, n. 3, p. 1988-211, 2016.
- BERTERO, C. O. **Ensino e pesquisa em Administração**. São Paulo: Thomson Learning, 2006. ISBN 8522105316.
- BENI, P. F.; BRENO, F. R.; VILLELA, L. M.; ESTEVES R.; JONES, G. D. C; FORTE, D. Processo de ensino-aprendizagem e a interação de professores e alunos em um curso de graduação em Administração de Empresas. **RAEP**, Rio de Janeiro v.18, n.2 p. 271–300, maio/ago. 2017.
- BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS. **Diretrizes de governança corporativa**. 2012. Disponível em: [http://ri.bmfbovespa.com.br/fck\\_temp/26\\_2/Diretrizes\\_de\\_Governanca\\_Corporativa\\_da\\_BM\\_FBOVSPA.pdf](http://ri.bmfbovespa.com.br/fck_temp/26_2/Diretrizes_de_Governanca_Corporativa_da_BM_FBOVSPA.pdf). Acesso em: out. 2021.
- BOLZAN, L. M.; ANTUNES, E. D. D. O que clamam as vozes dos pesquisadores e sobre o que elas se calam ao abordarem o ensino em Administração no Brasil? **Revista ADM**. MADE, Rio de Janeiro, ano 15, v.19, n.3, p.77-93, set./dez. 2015.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer N° CES/CNE 0134, de 04 de junho de 2003. **Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces-0134.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Resolução n° 1, 02 fevereiro de 2004. **Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Administração, Bacharelado, e dá outras providências**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces01\\_04.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces01_04.pdf). Acesso em: 14 set. 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer CES/CNE n° 023/2005, 03 de fevereiro de 2005. **Retificação da Resolução CNE/CES n° 1/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de**

**Graduação em Administração.** Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2005/ces\\_23\\_2005.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2005/ces_23_2005.pdf). Acesso em: 14 set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Parecer nº: 1/97, 26 de fevereiro de 1997. **Orientações Preliminares da Câmara de Educação Básica sobre Lei nº 9.394/96.** Disponível em:

[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=6699-pceb001-97&category\\_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6699-pceb001-97&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 14 set. 2020.

CARNEIRO, S. N. V.; NASCIMENTO, M. I. S.; COUTINHO, E. M. C.; RONCOLATO, C. E. O. A formação e a prática didático-pedagógica do docente bacharel no curso de Administração **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v.18, n.56, p.209-230 jan./mar. 2018.

CHING, H. Y.; SILVA, E. C.; TRENTIN, P. H. **Formação por competência:** experiência na estruturação do projeto pedagógico de um curso de Administração. Rio de Janeiro v. 15, n.4, p. 697-727, out./nov./dez. 2014.

CLOSS, L. Q.; ARAMBURU, J. V.; ANTUNES, E. D. D. Produção científica sobre o ensino em Administração: uma avaliação envolvendo o enfoque do paradigma da complexidade. **Revista Gestão.** Org: Revista Eletrônica de Gestão Organizacional, [S. l.] p. 150-169, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE ADMINISTRAÇÃO. **Cursos superiores na área da Administração são os mais procurados.** 30 de out.2019. Disponível em:

<https://cfa.org.br/cursos-superiores-na-area-da-administracao-sao-os-mais-procurados-do-pais>. Acesso em 14. set.2020.

CORREIA, L. F.; AMARAL, H. F. Arcabouço teórico para os estudos de governança corporativa: os pressupostos subjacentes à teoria da agência. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 1-10, jul./set. 2008.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

GAMERRO, Aline Faleiro. **Governança corporativa e instituições financeiras:** um estudo comparativo entre três bancos brasileiros. Universidade de Ciências Econômicas UFRGS, 2013.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, V.; TAYLOR, M. L. M.; SARAIVA, E. V. Ensino superior no Brasil: breve histórico e caracterização. **Ci & Trop.** Recife, v.42, n.1, p. 127-152, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior, 2018. Divulgação dos Resultados. Brasília: MEC, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo da Educação Superior, 2017. Divulgação dos Resultados. Brasília: MEC, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **O IBGC, 2019.** Disponível em <https://www.ibgc.org.br/>. Acesso em: 15 set.2020.

JESUS, M. R.; DANLONGARO, R. C. Governança Corporativa na administração municipal: uma análise do resultado econômico da secretaria de fazenda de IJUI (RS) – Brasil, **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**. Rio Grande do Sul. Abril. 2018.

NICOLINI, A. Qual será o futuro das fábricas de Administração? **RAE: Fórum Educação em Administração**, [S. l.], v. 43, n. 2, p. 44-54, abr./maio/jun. 2003.

OLIVEIRA, A. L.; LOURENÇO, C. D. S; CASTRO C.C. **Ensino de Administração nos EUA e no Brasil: Uma análise histórica**. Pretexto, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 11-22, 24 jan. 2014.

OLIVEIRA, E. C. Um olhar sob a perspectiva do projeto do curso (PPC) do curso de bacharelado em Administração: um estudo de caso na Universidade Federal de São Carlos- UFSCAR. **RAEP**, Rio de Janeiro, v.17, n.3, p. 403-437 set./out./nov./dez. 2016.

RIBEIRO, H. C. M. Produção acadêmica dos temas governança corporativa e sustentabilidade: uma análise dos últimos 14 anos nos periódicos internacionais. **E&G - Revista Economia e Gestão**. v. 14, n. 35, abr./jun. 2014.

RIBEIRO, H. C. M. **Corporate Governance versus Corporate Governance: na internacional review: uma análise corporativa da produção acadêmica do tema de Governança Corporativa**. Florianópolis, v.11, n.23, p.95-116, maio/ago. 2014.

RIBEIRO, H. C. M. COSTA, B. K. VASCONCELOS, M. A. S. P. Governança Corporativa nos Esportes: uma análise dos últimos 23 anos de produção acadêmica em periódicos internacionais. **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**. Volume 12 · Nº2 · abr./jun. 2015, 135-154, abr./jun. 2015. DOI: 10.4013/base.2015.122.05.

RIBEIRO, D. A.; SACRAMENTO, A. R. S. Ensino e currículo em Administração: a opção brasileira. **Revista Gestão & Planejamento**, v. 10, n. 2, art. 5, p. 193-205, 2009.

RODRIGUES, E. R.; MATIAS, A. B. Ensino em Administração: proposta do conteúdo programático da área de finanças. **Raep**, Rio de Janeiro, v.17. n.1, p.1-31 maio-jun.-jul. 2016.

ROLDÃO, M. C. **Gestão curricular: para autonomia das escolas e professores**. 2018.

SILVA, M. R.; FISCHER, T. **Ensino de Administração: Um estudo da trajetória curricular de cursos de graduação**. ENANPAD, 32., 2008, Rio de Janeiro. **Anais...**, Rio de Janeiro, 10 set. 2008.

SILVA, K. A. T.; ARANTES, I. C. S.; FREITAS, R. C.; CAMPOS, R. Ensino de Administração: reflexões críticas sobre a formação do Administrador. **Revista FOCO**. v.12, nº3, p.119-137, jul./out., 2018.

SOUZA, A. A. M. **A relevância da governança corporativa como conduta de gestão nos estudos acadêmicos nos anos de 2010 a 2017**. Uberlândia, 23 de maio de 2018.

SOUZA, L. L. F.; GERHARD, F.; BRITO, E. P. Z. Desafios da formação de profissionais em Administração no Brasil. **Raep**, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p. 1-31 jan./abr. 2017.